

AGENDA PARENTAL

2009-2013



Confederação Nacional das Associações de Pais



1- Preâmbulo¹

A Educação em Portugal sempre foi um tema muito complicado.

Todos nós sabemos que ao longo deste últimos 35 anos, 26 Ministros administraram a pasta da Educação em Portugal.

Ora desses 26 Ministros, apenas 3, até agora, completaram uma legislatura de 4 anos; estamo-nos a referir aos Professores Roberto Carneiro (Agosto de 1987 a Outubro de 1991), Marçal Grilo (Outubro de 1995 a Outubro de 1999) e Dra. Maria de Lurdes Rodrigues (Março de 2005 a Setembro de 2009).

A Roberto Carneiro, ficámos a dever a Lei das Associações de Pais (D.L. 372/90), a Marçal Grilo o Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas (D.L. 115/98 com a primeira participação dos Pais nos órgãos da Escola, e a Maria de Lurdes Rodrigues o Novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas (D.L. 75/2008), que aumenta a participação dos Pais na vida das Escolas.

Dos restantes 23 Ministros apenas 4 se mantiveram 2 anos na pasta. Foram eles, Sottomayor Cardia (Julho de 1976 a Agosto de 1978), Vítor Crespo (Janeiro de 1980 a Junho de 1982), João de Deus Pinheiro (Fevereiro de 1985 a Agosto de 1987) e David Justino (Abril de 2002 a Julho de 2004). Os restantes 19 Ministros tiveram passagens fugazes pelo Ministério, inferiores a 2 anos.

Como podemos verificar, ao longo de 35 anos não se conseguiu um trabalho continuado neste Ministério. Mas analisando este panorama, questionamo-nos se isto seria apenas o espelho do nosso país pós 25 de Abril. E investigamos.

No início do século XX, entre 1892 e 1913, não aparece qualquer referência a um Ministério dedicado em exclusivo às causas da Educação, só aparecendo em 1913. (No reinado de D. Carlos, bem assim como no início da República, não foi atribuída qualquer pasta à Instrução. Só no 4º Governo da 1ª República, liderado por Afonso Costa – Janeiro de 1913 - reaparece o Ministério da Instrução Pública). Desta data até à Revolução do Estado Novo (Maio de 1926) tivemos 46 Ministros a tutelar a

¹ Da intervenção do companheiro Hermínio Corrêa (AP Escola Secundária D. Dinis em Lisboa, membro do CE da Confap) no Encontro Nacional em Mira (Março 2009)



pasta da Educação! Destes 46, apenas um, José Alfredo Mendes de Magalhães conseguiu a proeza de se manter na pasta com um tempo recorde de 14 meses!

Durante os 48 anos do fascismo 26 Ministros passaram pelo Ministério da Educação, o que corresponde uma média de 1,84 anos por Ministro.

Ora fazendo bem as contas, chegamos à triste conclusão que no século XX, Portugal teve 92 Ministros da Educação diferentes, em 87 anos!²

Para completar, não foram apenas os ministros que mudaram. Ao longo deste tempo todo, o Ministério mudou de nome 13 vezes.

Mas isto, com todo o pessimismo que possa incutir nas nossas mentes, não impediu que tivéssemos grandes cientistas, grandes poetas, grandes professores, grandes escritores, prémios Nobel e destacadas figuras nacionais ocupando cargos internacionais de nomeada.

Talvez depois de analisarmos estes números, nós possamos compreender melhor o que tem sido a Educação em Portugal ao longo dos últimos anos, tirar as nossas ilações e avançarmos determinados rumo a um futuro que queremos bem melhor!

E o futuro começa no pré-escolar. Numa aposta firme e decidida na educação pré-escolar. É fundamental criarmos um projecto de educação pré-escolar, que conduza à aprendizagem de conceitos e ao aperfeiçoamento de competências gerais tão importantes para o desenvolvimento global das crianças. É fundamental que desde logo neste processo a Escola promova o envolvimento das Famílias.

No primeiro ciclo, há que proceder a uma reorganização curricular, antiga reivindicação do Movimento Associativo de Pais, agora cada vez mais necessária com a introdução das Actividades de Enriquecimento Curricular, como o Inglês, a Expressão Física e Desportiva e o Ensino da Musica, que não podem ser meras actividades de enriquecimento curricular, apenas para alguns, mas sim disciplinas do currículo do 1º ciclo, obrigatórias para todos.

² Compreender-se-á melhor as razões pelas quais a Confap nunca defendeu a substituição de nenhum titular da pasta da Educação. De facto, os maiores avanços em termos de educação foram levados a cabo nas legislaturas completas. A constante mudança dos titulares e das políticas educativas nunca resolveram os problemas da Educação em Portugal.



Não podemos andar a alterar currículos disciplina a disciplina. Foi a Matemática, agora a Língua Portuguesa, tem de haver uma alteração global conjunta e interligada, articulada com a continuação dos estudos.

Este será o ponto de partida para uma Escola melhor, uma Escola que queremos:

- Centrada nos estudantes e no seu desenvolvimento integral (físico, intelectual, social, prático, emocional e ético).
- Com conteúdos básicos relacionados com as problemáticas relevantes do nosso mundo, procurando a qualidade em vez da quantidade, a integração de conteúdos em vez da separação.
- Com metodologias de pesquisa que promovam aprendizagens concretas e funcionais, ao mesmo tempo que desenvolvam capacidades gerais, como a de aprender a aprender. Onde o esforço necessário para aprender faça sentido.

E uma Escola que saiba lidar com a sua realidade. A Escola hoje apresenta problemas de aprendizagem, problemas sociais e económicos. Ora grande parte dos Professores, não estão preparados para trabalharem com problemáticas sociais e económicas, pois não é essa a sua função.

A sua função é trabalhar com os alunos transmitindo-lhes formação, conhecimentos e ajudando-os a ultrapassar problemas de aprendizagem.

Então como se deve lidar com os problemas sociais e económicos das Famílias e as suas repercussões na Escolas? Há que, de uma vez por todas abrir a Escolas a outros profissionais especializados em lidarem com estas problemáticas.

Há que criar nas Escolas um quadro para Assistentes Sociais e Animadores Sócio-culturais, que juntamente com os Professores, Psicólogos e outros Técnicos possam constituir equipas multidisciplinares para actuarem no terreno.

Os Assistentes Sociais trabalharão com as famílias, despistando os seus problemas sociais e económicos e promovendo o diálogo com outras forças da Comunidade Escolar de modo a prevenir e ajudar a ultrapassar esses problemas, impedindo assim que eles possam afectar o trabalho dos alunos na Escola.



Este trabalho, no qual podem e devem participar as Associações de Pais, deve promover também uma formação parental adequada, que ajude as famílias mais desfavorecidas no seu dia a dia.

Os Animadores Socioculturais têm um importante papel activo de educador intermediário entre alunos, escola e a Comunidade. Aparecem assim com um novo papel que passa pela construção de uma Sociedade Educativa de todos e para todos, através das várias sinergias possíveis, quer educativas quer culturais e sociais existentes na comunidade envolvente.

Isto vai de encontro aos 4 pilares da Educação para o século XXI – “*Aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos*”, apresentados pelo relatório Delors da UNESCO. Estes 4 pilares consolidam dimensões importantes da formação integral da pessoa, enquanto indivíduo e cidadão, e formam um conjunto de princípios que contribuem para ultrapassar as tradicionais visões puramente instrumentais da educação.

Esta atitude transformadora só é possível, através de uma interacção sociocultural entre os vários agentes educativos, sociais e culturais existentes na comunidade com os quais as equipas multidisciplinares existentes na Escola (animadores socioculturais, assistentes sociais, psicólogos e professores), terão de trabalhar em conjunto aproximando-se daquilo a que normalmente se chama “Cidade Educativa”.

Na prática estas equipas multidisciplinares poderão funcionar da seguinte maneira:

Consideremos um aluno no qual o Professor detecta falta de concentração, pouco interesse pelas aulas, aproveitamento escolar insuficiente e com eventuais comportamentos perturbadores.

A equipa multidisciplinar reúne-se: A Assistente Social analisa os dados existentes sobre a Família e o Aluno. O animador sociocultural actua, de forma informal, como mediador junto do aluno, de modo a obter mais elementos que lhe permitam compreender o porquê da situação e as suas necessidades. Isto possibilitará à equipa definir uma eventual orientação do Aluno para as áreas que melhor o poderão ajudar a superar as necessidades que apresenta, quer através das ofertas que a Escola apresente (centros de recursos, clubes, ateliers, bibliotecas, actividades desportivas, etc. ...) ou possa vir a criar, quer através de sinergias



exteriores, pontos específicos da comunidade envolvente, dando-lhe a conhecer locais na comunidade onde possa encontrar respostas que o ajudem a compreender e enfrentar os seus problemas (por exemplo um aluno que tenha problemas relacionados com o modo como enfrenta a sua sexualidade, poderá ser aconselhado e acompanhado a uma consulta no seu centro saúde. Um aluno com problemas de concentração e agressividade poderá ser encaminhado para a prática de actividades desportivas que o ajudem a superar os seus problemas, tais como, capoeira, hip-hop), criando interesses que o levem a compreender, participar e a envolver-se nesta Sociedade Educativa, interiorizando que para progredir tem de participar.

Ao longo do tempo temos vindo a afirmar as nossas perspectivas, muitas delas reconhecidas e partilhadas em documentos oficiais, tais como nos “100 compromissos para uma política de família³” ou no “Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar⁴”, contudo, muitas das medidas propostas sofrem, precisamente, da falta de continuidade das políticas, sendo muitas das vezes avulsamente levadas à prática, enquanto outras, continuam na sua forma escrita.

Tornar a escola melhor não é uma questão de leis, mas uma mudança cultural, social e comunitária.

³ http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MTSS/Plano_Familia.pdf

⁴ http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/PNAPAE_sintese.pdf
<http://www.confap.pt/docs/pnapae.pdf> (documento completo)
http://www.cnedu.pt/files/cnepareceresmodule/Parecer_7_2004.pdf (Conselho Nacional de Educação)

2- Enquadramento da Agenda Parental

A Confap, ao longo da sua história, tem procurado intervir no sentido de corporizar essa Sociedade Educativa, apresentando propostas que resultaram em devido tempo, de amplos debates no seio do Movimento Associativo de Pais, nomeadamente através dos seus Encontros Nacionais e que foram sendo apresentadas nas mais variadas instâncias responsáveis pela definição e implementação das políticas educativas, consolidando as nossas posições e perspectivas legítimas para a Educação em Portugal.

Foi assim que ao longo dos mais de 30 anos de existência da Confap, os Pais souberam dar os seus contributos, construindo, definindo, avaliando, em todos os momentos, a sua própria agenda educativa e a agenda das sucessivas governações.

O Acordo Ministério da Educação / Confap⁵, em Março de 1997 reconhece a Confap como um parceiro do Pacto Educativo para o Futuro. Reconhece o Aluno como protagonista do processo educativo, os Pais como primeiros e principais responsáveis pela educação dos filhos, o papel central dos Professores como educadores e intermediários entre a família e o meio, e a Escola como local de educação, orientada para o sucesso educativo.

Importa pois, neste momento, face aos avanços e implementações de políticas nestes últimos anos, a reformulação dos documentos orientadores do Movimento Associativo de Pais, a sua avaliação, pertinência, objectivos e metas até ao fim desta legislatura.

Foi assim aproveitado o XXXIV Encontro Nacional de Mira⁶ em 2009, para construir esta Agenda Parental 2009 / 2013, onde procedemos à avaliação⁷ da agenda então em vigor tendo por base os documentos orientadores dos últimos anos, reformulando e construindo a nova agenda com a discussão de propostas para o futuro.

Foi assim analisado o Manifesto “Por uma nova escola do 1º Ciclo⁸” de 2003, o Manifesto para o Futuro da Educação em Portugal – O Olhar dos Pais⁹” de 2005, as

⁵ http://www.confap.pt/docs/Acordo_CONFAP-ME_11.03.97.pdf (acordo ME/Confap)

⁶ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=1179 (Encontro Nacional Mira 2009)

⁷ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=1216 (Agenda Parental - Mira 2009)
http://www.confap.pt/docs/Apresentacao_Agenda_dos_Pais.pps (Agenda Parental - Mira 2009)

⁸ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=311 (Manifesto 1º Ciclo - 2003)

⁹ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=261 (O olhar dos pais - 2005)



conclusões e recomendações sobre políticas do XXX Encontro Nacional de Paredes de Coura em 2005¹⁰, as conclusões do XXXII Encontro Nacional de Oliveira de Azeméis em 2007¹¹ e as conclusões do XXXIII Encontro Nacional de Gondomar em 2008¹².

Com base na análise destes últimos documentos orientadores e a recolha das novas propostas, tendo igualmente por perto a Acta do XXXI Encontro Nacional de Braga em 2006¹³ foi possível ao Conselho Executivo da Confap, a construção de um documento prévio que foi submetido a discussão junto do Conselho Geral¹⁴ da Confap (órgão de consulta que reúne as estruturas locais e regionais - federações concelhias e regionais das associações de pais), a 18 de Abril de 2009¹⁵ em Lisboa, para redacção final e conseqüente apresentação a todos os partidos políticos – quando estes construíaam os seus programas para a actual legislatura - e diversas entidades.

Ficou assim construída a Agenda Parental 2009/2013, que aqui se apresenta numa versão mais alargada e contextualizada, para memória futura.

Por certo, como tem sido apanágio do Movimento Associativo de Pais, esta Agenda será, ao longo dos próximos tempos, avaliada e actualizada por aqueles, cuja participação activa neste movimento, contribuam, através da sua acção, para a mudança social, cultural e comunitária.

¹⁰ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=310 (conclusões Paredes de Coura – 2005)

¹¹ http://confap.pt/docs/XXXII_Encontro_Conclusoes.pdf (conclusões Oliveira de Azeméis – 2007)

¹² http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=818 (conclusões Gondomar – 2008)

¹³ http://www.confap.pt/docs/Acta_do_Encontro_Braga.pdf (acta Encontro Nacional Braga – 2006)

¹⁴ <http://www.confap.pt/paginaap.php?pagina=78> (Conselho Geral da Confap)

¹⁵ http://www.confap.pt/desenv_noticias.php?ntid=1242 (Agenda Parental 2009/2013 – Resumo)

AGENDA PARENTAL 2009-2013

Mira, 14 de Março de 2009

Segurança

- Reforço da vigilância nos estabelecimentos de ensino e áreas envolventes;
- Autarquias devem redobrar esforços no sentido de abolirem condições deficitárias dos espaços de recreio, nomeadamente nas escolas do 1º ciclo e Jardins-de-infância, como prevenção de acidentes e maximização da qualidade do tempo lúdico;
- Implementação de uma credível, mas não “fundamentalista” política de transportes escolares, em detrimento das “carreiras públicas”, com particular atenção ao pré-escolar e 1º ciclo;
- Implementação dos planos de segurança nas escolas e realização dos respectivos simulacros.

Rede Escolar

- Investir no melhoramento das condições físicas das escolas, sobretudo no 1º ciclo (processo já em curso) tendo em vista a generalização a todo o país de forma equitativa (assimetrias concelhias) e apetrechamento de material e equipamento pedagógico, em quantidade e qualidade satisfatória ou boa;
- Plano de manutenção/reparação para as escolas do 2º e 3º ciclos em complemento da reformulação da rede do 1º ciclo e do ensino secundário;
- Reforma da rede ou sua adaptação com a activa e obrigatória participação dos pais;
- Adaptação dos espaços escolares para alunos com necessidades especiais - efectiva implementação da lei das acessibilidades;
- Revisão das condições de climatização e de conforto das escolas, recorrendo, cada vez mais, às energias renováveis;

Apoio Social

- Gratuitidade da Componente de Apoio à Família;
- Condições para a organização da Componente de Apoio à Família por parte das Associações de Pais, beneficiando dos mesmos apoios que as instituições da rede social e cooperativa;
- Alargamento do horário de funcionamento das escolas no sentido de permitir a organização da Componente de Apoio à Família nas pontas dos horários e



interrupções lectivas, de acordo com as necessidades locais das famílias e com fornecimento de lanches;

- Colocação de forma efectiva de equipas de psicólogos e outros quadros de intervenção social, nos agrupamentos, ou escolas não agrupadas, para lidar com os novos problemas de carácter social dos alunos e suas famílias. Equipas multidisciplinares de intervenção directa no terreno – Gabinete de Apoio ao Aluno e Família;
- Orientação Vocacional;
- Seguro escolar: publicitação dos termos de cobertura e revisão dos respectivos montantes;
- Fim dos valores absurdos e dispares nas matrículas nas escolas do ensino secundário;
- Reembolso do Serviço de Acção Social Escolar às famílias, mais expedito;
- Gratuitidade da Escolaridade Obrigatória (manuais, material escolar, etc, etc.);
- Enquanto não for possível a gratuitidade efectiva da escolaridade obrigatória, implementação de uma política social que garanta que nenhum Aluno é excluído do ensino por dificuldades financeiras dos seus Pais, o que implica um significativo alargamento do número de beneficiários dos “escalões” actuais;
- Enquanto as visitas de estudo, e outros eventos, forem pagos pelos Encarregados de Educação, as escolas deverão passar, automaticamente, os respectivos recibos a fim de estas despesas serem incorporadas no IRS;
- As visitas de estudo, parte integrante do Plano Anual da Escola e prosseguindo o objecto do Projecto Educativo, devem ter carácter obrigatório e gratuito;
- Generalização de refeitórios e cantinas às escolas do país, com ementas apropriadas a cada faixa etária.

Apoio Educativo

- Transporte gratuito a facultar pelas autarquias para a deslocação da comunidade estudantil em actividades culturais e lúdicas, devidamente agendadas;
- Diferenciação dos processos de ensino/aprendizagem adaptados aos alunos, quer em dificuldades de aprendizagem quer em sobredotados, ou seja, mecanismos de diferenciação positiva em detrimento do ensino para o tipo “aluno médio”;



- Apoio regular de professores especializados, como complemento do trabalho do Professor, quer em áreas de dificuldades ou problemáticas, quer como estímulo de capacidades acima da média;
- Apoio de animadores e mediadores nos intervalos dos horários escolares, com o propósito de prevenir e diminuir os fenómenos de violência e bullying, fomentando um convívio saudável entre os alunos, sobretudo em escolas problemáticas;
- Providenciar meios e metodologias necessárias à substituição imediata nas faltas dos professores das Actividades de Enriquecimento Curricular;

Pedagogia e Currículos

- Avaliação das aulas de 90 minutos: que futuro?
- O tempo de cada aula deve ser aquele que cada disciplina exige;
- Reformulação dos Cursos de Educação e Formação, vistos como de segunda escolha;
- Reforma dos currículos nacionais do 1º, 2º, 3º ciclos e secundário;
- Fim da mono docência no 1º Ciclo;
- Repensar a organização das Actividades de Enriquecimento Curricular, nomeadamente incluir o ensino do Inglês no currículo e da educação física;
- Reforço da ideia de limitação do número de 20 alunos por turma em todos os ciclos de ensino;
- Implementação da escola virtual, sobretudo nas escolas dos 2º e 3º ciclos dando continuidade aos investimentos já feitos nas escolas do 1º ciclo que já utilizam quadros interactivos. Generalização destes investimentos à restante rede.
- “Estudo Acompanhado” deve servir, entre outras coisas, para realização dos Trabalhos de Casa, vulgo TPC;
- No ensino secundário (exceptuando nos cursos de plano específico de Educação Física) a disciplina de Educação Física deve ser substituída por Desporto Escolar.

Apoio ao Associativismo

- Estatuto de Utilidade Pública deve abranger todas as Associações de Pais e não apenas as que organizam serviços de apoio à família;



- Regime Fiscal das Associações de Pais (início de actividade e obrigações fiscais, isenção de emolumentos);
- Alteração da Lei do Voluntariado;
- Formação para dirigentes das Associações de Pais;
- Reconhecer ou fazer reconhecer o papel dos Dirigentes Associativos Voluntários junto das suas entidades patronais no sentido de facilitar a sua intervenção quando necessário, respeitando de parte a parte os mecanismos legais ou outros celebrados;
- Garantir, através do Código do Trabalho ou da Lei do Voluntariado (revista), o ressarcimento das entidades empregadoras não estatais, pelo tempo que os seus trabalhadores dispensam às actividades relacionadas com a vida escolar de seus filhos ou educandos;
- Utilização do tempo de antena na comunicação social;
- Obrigatoriedade da cedência de instalações e acesso a computador e Internet por parte das escolas às associações de pais;
- Financiamento das Associações de Pais através das Autarquias ou do Ministério da Educação, com base no número de alunos, projectos, seminários, etc.

Participação Parental

- Criação da figura dos pais representantes de turma em todos os graus de ensino, incluindo o pré-escolar;
- Directores, Órgãos de Gestão, Docentes e Educadores devem valorizar o papel das Associações de Pais e dos seus representantes pois, só deste modo, o trabalho conjunto será mais abrangente e mais profícuo;
- Abolir as más práticas que levam a que os Encarregados de Educação não sejam convocados para os Conselhos de Turma ou que estes se realizem apenas uma vez por ano;
- Os Pais devem ser informados, no início de cada ano, através de método simplificado (de leitura acessível) das metas educativas e curriculares a alcançar com o Plano Curricular de Turma;
- Os Pais devem ser informados, no início de cada ano, dos objectivos educativos para as Actividades de Enriquecimento Curricular;
- A escola não deve esquecer os mecanismos legais, já existentes, que prevêm a



participação dos Pais na elaboração do Plano de Actividades, Projecto Educativo e Projecto Curricular de Escola ou Agrupamento;

- Envolvimento das AP's nos projectos de educação para a saúde, nas escolas;
- Estimular a intervenção dos Pais no Plano Nacional de Saúde Escolar (praticamente inexistente), nomeadamente nas áreas de promoção de estilos de vida saudáveis, prevenção da violência e Bullying, educação para a cidadania, educação para os afectos e sexualidade, desde o início da vida escolar;
- As Associações de Pais devem ser chamadas a participar na programação das Actividades de Enriquecimento Curricular, ao nível das escolas, bem como serem informadas do acompanhamento e avaliação feitos a estas actividades;
- As escolas devem ter um papel mais pró-activo no sentido da promoção do acompanhamento do processo educativo por parte dos Pais, facilitando informação especificamente elaborada para estes;
- Promoção do voluntariado da família nas escolas.
- Estatuto do Aluno – Reforço do papel das Associações de Pais;
- Criação de condições efectivas para a participação dos Pais na vida escolar de seus filhos ou educandos;
- Definição clara, e pró-activa, do papel dos Pais Representantes de Turma;
- Conselhos Municipais de Educação devem ter sempre presente a boa prática de contactar a(s) estrutura(s) do concelho representativa(s) dos Pais e Encarregados de Educação para que esta(s) indique(m) os seus representantes neste Órgão Autárquico;
- Regulamento Interno das Escolas: A Confap deverá produzir documentação que ajude as Associações de Pais e os Pais a participarem qualitativamente na elaboração e revisão deste documento;
- Alguns estudos académicos mostram que, quer os Pais/Encarregados de Educação, quer as Associações de Pais, são mais toleradas do que aceites por parte das escolas. A Confap deve contribuir para a mudança desta atitude e o reconhecimento do mérito do trabalho conjunto na educação;
- A legislação sobre educação deve passar a consagrar a obrigatoriedade da representação dos Pais, de todos os níveis de ensino, nos órgãos de gestão das escolas;
- Ministério da Educação e escolas devem disponibilizar informação sobre o processo de certificação e adopção dos manuais escolares;



Formação cívica

- Envolvimento dos alunos, de todos os graus de ensino, na “Direcção Estratégica” dos estabelecimentos de ensino, através de mecanismos adequados e formação para a participação;
- Valorização do papel do Delegado dos Alunos
- Fomentar a Formação Cívica e de preparação para a vida de forma efectiva.
- Implementar a educação para a saúde e para os afectos – sexualidade;

Política Educativa

- Subordinação das políticas de educação ao superior interesse das crianças e jovens, instituindo o Provedor da Criança ou o Provedor do Aluno em articulação com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens;
- Abertura das escolas à comunidade, de forma a maximizar a utilização deste equipamento social composto por auditórios, refeitórios, biblioteca e outros recursos;
- Redução do peso das mochilas, quer por redução do número de manuais e do seu peso, quer por produção de conteúdos noutros suportes (digitais, por exemplo) quer pelo recurso a outras metodologias de ensino;
- Criação de Observatório para a avaliação e acompanhamentos das políticas educativas, nomeadamente para o acompanhamento da educação especial e apoios socio-educativos;
- Adaptação da Lei de Bases do Sistema Educativo às realidades educativas, efectuada de forma amplamente consensual de forças políticas, económicas, organizações de pais, professores, etc, por forma a que a própria Lei não seja um entrave à inovação e à eficácia;
- Oferta universal do ensino pré-escolar da rede pública ou complementar da rede solidária e cooperativa em igualdade de condições de acesso;
- Gestão transparente das escolas/agrupamentos, prestando contas à Comunidade Educativa;
- Implementação de políticas em rede, favorecendo e valorizando parcerias locais;
- Articulação das políticas em rede, integrando as parcerias e protocolos já existentes;
- Oferta educativa de substituição para os alunos incapacitados de praticar



educação física, de forma temporária ou permanente (*existem casos de obrigatoriedade de assistir às aulas que são degradantes para estes alunos e dos quais não se vislumbram nenhum interesse pedagógico ou científico*);

- Garantir a representação dos Pais nos órgãos das escolas do ensino privado com contrato de associação;
- Regular a diferenciação dos critérios de acesso ao ensino superior no que concerne aos currículos do ensino profissional vs ensino geral que actualmente permite a igualdade nos critérios, não obstante as diferenças curriculares significativas;
- Obrigatoriedade na manutenção dos serviços mínimos na educação em situações de greve, especialmente no que respeita aos serviços de acção social escolar, como o caso das refeições, da Componente de Apoio à Família, e no direito à avaliação, sem que tal colida com o direito à greve, já que em alguns casos os serviços são garantidos por instituições ou por quadros independentes.
- Integração da 1ª Infância no sistema educativo, dentro do espírito de prestação de “cuidados maternais”;
- Melhorar o estatuto do aluno no que concerne ao regime de faltas (clarificação), Conselhos Disciplinares e participação das Associações de Pais.

Recursos Humanos na Educação

- Dignificar o estatuto do docente das Actividades de Enriquecimento Curricular;
- Reforço das competências pedagógicas, adaptando-as às necessidades existentes - nomeadamente em Tecnologias de Informação e Comunicação - dos recursos humanos docentes em geral e dos docentes do 1º ciclo e dos educadores, em particular;
- Fazer cumprir a dotação do pessoal auxiliar prevista na lei, verificar se é suficiente e aumentar os rácios quando tal se justifique, tendo em atenção sobretudo as escolas do 1º ciclo quando geograficamente dispersas;
- Transferência para as autarquias do pessoal não docente;
- Autarquias devem acompanhar de perto, quando tal se justifique, a distribuição do pessoal não docente que coloca nas escolas;
- É necessário, urgente e imprescindível que os Técnicos de Psicologia possam ser substituídos, sistematicamente, nas suas ausências, com particular incidência deste princípio, nas ausências prolongadas;



- Aumentar o rácio dos Técnicos de Psicologia;
- Melhorar a formação e qualificação do pessoal auxiliar de acção educativa;
- Admissão de pessoal qualificado no 1º ciclo (assistentes educativos, animadores sócio culturais e animadores físico-desportivos) que para além de poder inter agir no recreio, contribuindo para melhorar o ambiente dos mesmos, possam suprir, fazendo o acompanhamento da turma, em caso de ausência do professor, evitando que os alunos sejam distribuídos por outras salas de aula;
- Exigir a formação de pelo menos um dos elementos do corpo não docente, com conhecimentos efectivos na área de primeiros socorros;
- Regime de contratação de pessoal especializado de acordo com os objectivos, estratégias e metodologias inerentes a cada projecto educativo e respectivo contexto económico, social e cultural;
- Regime de formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente subordinado às necessidades dos projectos educativos e à qualificação das aprendizagens
- Implementação das condições para o exercício da componente não lectiva dos docentes
- Formação específica para Directores de Turma;
- Gabinetes (multidisciplinares) de Apoio ao aluno e à Família;
- Criação do “Enfermeiro de Escola”.

∴